

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR¹

Maria Elena Aquino Dutra – UFMS/FAED²

Eladio Sebastián-Heredero – UFMS/FAED³

9-A avaliação da qualidade para uma educação inclusiva e equitativa no âmbito da Agenda Educacional 2030.

Resumo: Atualmente a avaliação é um tema amplo que abrange todo o meio educacional, desde a sua estrutura até a sala de aula, os conceitos acerca dessa temática assim como as práticas avaliativas fazem parte do contexto escolar desde os primeiros momentos da história. Dessa maneira, este estudo, de caráter qualitativo tem por objetivo conhecer como são realizadas as avaliações da aprendizagem dos alunos surdos que estão matriculados em escolas de ensino regular, tendo como princípio a educação bilíngue, assim como conhecer as dificuldades enfrentadas pelos educadores. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, realizada em livros, e em 4 artigos e 1 dissertação que discutem acerca da avaliação de alunos surdos no ensino regular. Através da pesquisa constatou-se que os professores e as instituições escolares ainda adotam avaliações do tipo somativa, assim como há necessidade de ampliação do conhecimento acerca dos surdos, sua cultura e a Libras, percebeu-se também que é preciso a implementação de cursos de formação continuada direcionada aos educadores que atuam com alunos surdos e de políticas públicas voltadas a educação bilíngue.

Palavras-chave: Avaliação. Surdos. Ensino Regular.

Introdução

Os debates e discussões acerca da inclusão escolar ocorrem de maneira acentuada atualmente, dando ênfase principalmente as questões relacionadas as mudanças enfrentadas pela Educação Especial. Além da Educação Especial a perspectiva da inclusão perpassa por temas relacionadas as questões culturais, linguísticas, sociais e econômicas da sociedade, que tem como objetivo desconstruir a visão de homogeneidade e igualdade, dando destaque a ideia de diferença e equidade social.

O movimento de educação inclusiva é oriundo de movimentos sociais, sendo considerado uma ação política, cultural, social e pedagógica amparada pela concepção dos Direitos Humanos, que vem ancorada em acordos como a Declaração de Salamanca, buscando uma escola que possa atender a todos em cada uma de suas especificidades. (BRASIL, 2008)

O estudos e pesquisas relacionados a Educação Inclusiva não podem deixar de dar destaque, assim como pontuar sobre os documentos norteadores que possibilitaram a

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/FAED)

² Acadêmica do curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/FAED); Licenciada em Pedagogia, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Brasil – e-mail – maria.dutra@ufms.br

³ Professor visitante estrangeiro no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/FAED). Doutor em Educação pela Universidade de Alcalá (Espanha) – e-mail – eladio.sebastian@ufms.br

implantação de uma educação voltada a inclusão, como: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990, a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, entre outros que dão enfoque a essa política e procuram estabelecer regras, normas e legislações para que a mesma possa ser implantada em todo o meio social, principalmente dentro das instituições escolares.

Refletindo acerca da perspectiva da inclusão e de sua importância para o contexto educacional, o seguinte estudo vem pontuar sobre uma das práticas pedagógicas presentes nas escolas e que precisa levar em consideração os preceitos inclusivos. Dentre as várias práticas escolares existentes, o estudo traz destaque para o processo de avaliação escolar, que segundo Mendes e Affonseca (2018) com a inclusão escolar, deixa de ter a finalidade de retirar os alunos com deficiência das classes comuns e passa a garantir o direito deles a escolarização com seus pares.

O ato de avaliar segundo Luckesi (2013, p. 25) “se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão”, é preciso conhecer o estudante que se tem dentro da sala de aula, saber suas dificuldades e anseios, assim como conhecer o que ele sabe e onde estão seus pontos fortes, gerando assim um conjunto de possibilidades que guie seus passos para novas aprendizagens. Visando uma perspectiva inclusiva não se deve avaliar as deficiências ou dificuldades dos alunos, mas sim os processos de ensino aprendizagem, procurando focar em como o aluno aprende e não porque não aprende.

Portanto, o processo avaliativo tem por intuito possibilitar e trazer aos educadores a reflexão sobre suas práticas a partir dos resultados obtidos, além de orienta-los com relação as suas decisões frente ao processo educacional. Já com relação aos alunos a mesma precisa proporcionar novas experiências de aprendizagens, estimular e promover reflexões sobre suas ações e suas tomadas de decisões, possibilitando assim a emancipação do sujeito.

O seguinte estudo, baseia-se na perspectiva da educação inclusiva e defende a avaliação como uma prática educativa emancipatória, crítica e democrática que foca no processo de ensino aprendizagem dos alunos, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e linguísticos de cada um. Sendo assim, este estudo tem por objetivo conhecer como são realizadas as avaliações da aprendizagem dos alunos surdos que estão matriculados em escolas de ensino regular e que tem como princípio a educação bilíngue, assim como conhecer as dificuldades enfrentadas pelos educadores.

A avaliação como prática pedagógica inclusiva

Um dos anseios enfrentados pelos educadores e principalmente pelos educandos diz respeito a avaliação e mesmo com as mudanças ocorridas na estrutura escolar e na própria concepção de escola, e no processo de ensino-aprendizagem a avaliação é um desafio a ser enfrentado e que impõe barreiras.

Segundo Luckesi (2013) a prática de avaliação da aprendizagem é uma prática recente na escola que surgiu a partir dos anos de 1930, onde se começou a pensar no cuidado que os educadores necessitavam ter com a aprendizagem de seus educandos. No Brasil começou a falar em avaliação da aprendizagem no final dos anos de 1960 e início de 1970, antes se falava apenas em exames escolares, vindo aparecer o conceito de avaliação da aprendizagem a partir da LDB de 1996.

Portanto, é possível dizer que o processo de avaliação da aprendizagem é um conceito que foi introduzido recentemente nas escolas e precisa estar bem esclarecido para que seja utilizada como um instrumento de inclusão e não de classificação ou seleção. Luckesi (2013, p. 25) afirma que: “examinar se caracteriza, especialmente pela classificação e seletividade do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo diagnóstico e pela inclusão.”

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz a prática pedagógica avaliativa como um instrumento a ser utilizado em sala de aula pelos educadores a fim de orientar as suas práticas pedagógicas.

A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos de 1990, que pontua no artigo 4º que para os programas educacionais atingirem os níveis desejados de aquisição de conhecimento precisam implementar sistemas de avaliação de desempenho; em seu artigo 21º destaca que as estratégias específicas para melhorar a escolaridade dos educandos e seu processo de aprendizagem precisam ter foco no currículo, as avaliações da aprendizagem elaboradas devem levar em conta a aquisição de conhecimentos, a capacidade de resolver problemas e as dimensões sociais, culturais e éticas do desenvolvimento humano.

A Declaração de Salamanca de 1994 corrobora com a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e vai mais além pois, assinala em seu artigo 24º que é preciso haver mudanças em todos os aspectos de escolarização para que as escolas inclusivas sejam bem sucedidas, como alteração no currículo, na organização escolar, na pedagogia, na avaliação, na filosofia da escola e nas atividades extracurriculares.

No artigo 29º a Declaração ressalta que para o progresso da criança seja acompanhado é preciso que as formas de avaliação sejam revisados e que a avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional, mantendo professores e alunos

informados sobre o controle da aprendizagem adquirida, possibilitando identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-los.

A LDB de 1996 traz em seu artigo 24, inciso V que a avaliação do desempenho deve ser contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos; o artigo 31º, inciso I propõe que a avaliação ocorra mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção; no artigo 35ºA parágrafo 8º cita que os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line.

A legislação prevê formas de como o processo avaliativo deve ocorrer no meio educacional, dando ênfase a qualidade na aprendizagem e não na quantidade, além de ser constante e considerar o desenvolvimento da criança. Um aspecto importante a ser pontuado é que as avaliações precisam ser organizadas e realizadas de diferentes formas levando em consideração os diferentes alunos que se tem em sala de aula.

A avaliação pode ocorrer em qualquer parte do processo de ensino-aprendizagem como: antes de introduzir um novo conteúdo, quando eles criam produtos para mostrar o que aprenderam, assim como pode ser ao final do conteúdo, da aula, do semestre ou do ano, podendo acontecer de forma informal através de informações coletadas pelo educador como observações, conversas e interações, ou através de avaliações formais como jogos, testes, provas finais, entre outras. Também podem ocorrer em meio a um grupo de trabalho em grupo, em projetos e apresentações em sala. (VALLE, CONNOR, 2014)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que a avaliação pedagógica precisa considerar o conhecimento prévio e atual do aluno, sendo processual e formativa, prevalecendo aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. O professor precisa criar estratégias considerando as características de cada estudante.

As práticas avaliativas na perspectiva da Educação Inclusiva precisam levar em conta as características de cada aluno, em todos os aspectos, sejam eles, sociais, culturais e cognitivos. Portanto as mesmas devem ser adaptadas para atender a especificidade de cada um quando necessário, um exemplo a ser citado é com relação aos alunos surdos que estudam nas escolas regulares, que se comunicam através da língua de sinais.

O professor como responsável pelo processo de ensino-aprendizagem precisa buscar meios que sejam acessíveis e que auxiliem na aprendizagem desses alunos. Diante da existência da diversidade em sala de aula, as práticas avaliativas precisam ser adequadas as necessidades dos alunos por meio da criação de estratégias que precisam

ser construídas com um trabalho em conjunto, ou seja, um trabalho colaborativo entre professor/intérprete, professor/aluno e os demais membros da comunidade escolar.

Metodologia

A presente pesquisa é resultado de um estudo bibliográfico em livros, artigos e dissertações que discutem sobre os processos avaliativos realizados em salas de ensino regular que possuem alunos surdos. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica utiliza-se de material já elaborado como livros e artigos científicos e que permite ao investigador a cobertura de fenômenos de uma maneira mais ampla.

É um estudo qualitativo, baseado na perspectiva da inclusão que buscou conhecer mais sobre as práticas avaliativas utilizadas pelos professores que possuem alunos surdos em salas de ensino regular e conhecer as dificuldades por eles enfrentadas.

Para a realização desta pesquisa foi feita uma busca no Portal de Periódicos Capes e no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando os descritores: avaliação de surdos e ensino regular. Foi encontrado uma variedade de pesquisas com o termo utilizado, sendo 34 artigos, 32 dissertações e 13 teses, mas com intuito de não estender as discussões acerca do tema foram selecionados apenas 4 artigos e uma 1 dissertação.

Resultados e discussão

Os estudos e discussões realizados ao longo dos anos com relação a inclusão dos surdos no ensino regular e os processos avaliativos tem apresentado resultados semelhantes no que diz respeito aos processos avaliativos utilizados, e as dificuldades enfrentadas pelos educadores diante da diversidade cultural e linguística presente na sala de aula.

Rodrigues e Gonçalves (2017) realizaram um estudo de caso sobre a avaliação de um aluno surdo em fase de escolarização de uma escola de Ensino Fundamental no Distrito Federal. Os resultados apontaram que nas classes ditas bilíngues, não havia interação entre professores intérpretes e regentes, assim como a avaliação ficava sob total responsabilidade dos professores intérpretes. Os alunos surdos não eram priorizados no planejamento diário e nas salas onde não havia intérpretes, não havia critérios de avaliação definidos, os alunos eram avaliados através da observação, provas escritas e orais, atividades realizadas em casa, atividades em grupo entre outras.

Ramos e Lacerda (2016) realizaram um estudo que objetivou analisar o processo de elaboração e implementação de avaliações para alunos surdos identificando estratégias e recursos didáticos por professores ouvintes bilíngues com o intuito de desenvolver avaliações pedagógicas voltadas aos alunos surdos. Verificou-se com o estudo que as

professoras ouvintes trabalhavam em conjunto em uma sala multisseriada composta por alunos surdos que estão em diferentes anos do Ensino Fundamental, tendo como língua de instrução e interação a Libras, tinham como desafio o pouco conhecimento sobre a surdez, a necessidade e relevância de formação continuada, assim como a falta de modelos educacionais bilíngues. Os exercícios privilegiavam a leitura e a dimensão visual da escrita, sendo utilizados avaliações diferenciadas, as mesmas apresentavam imagens, figuras e gráficos, assim como utilizavam desenho como recurso para responder as questões.

Percebe-se nesse estudo que as professoras adaptaram e adequaram as avaliações considerando a característica de cada um, onde os temas e objetivos eram comuns, sendo explorados de diferentes formas, utilizando-se de estratégias diferenciadas. Ficou constatado que as professoras avaliavam os alunos surdos, reconhecendo a surdez como diferença. Apesar das dificuldades levantadas pelos pesquisadores, os mesmos buscaram formas de se adequar as especificidades de cada aluno, assim como criaram estratégias que levavam em conta a heterogeneidade de sua sala de aula.

Segundo Valle e Connor (2014) para ensinar de forma inclusiva os professores precisam conhecer seus alunos como indivíduos, pois podem criar condições que permitem ao longo do percurso de aprendizagem que os alunos se sintam seguros e confortáveis. Conhecendo seus alunos os professores poderão adotar práticas avaliativas que sejam significativas tanto para os alunos quanto para o próprio educador.

Silva (2015) em seu estudo teve por objetivo analisar as concepções e estratégias utilizadas pelo professores da rede municipal de Olinda e Paulista para avaliação de alunos surdos. Segundo a autora os professores pontuaram algumas dificuldades e impasses como: a avaliação que sobressaia com os surdos era a somativa, a dificuldade em saber até onde o aluno surdo havia entendido o conteúdo e o despreparo para avaliar em português o surdo, assim como havia a presença da ideia de que a avaliação não faz parte do processo de aprendizagem e ausência do uso de critérios na hora de avaliar.

O estudo realizado evidenciou a presença da avaliação somativa que de certa forma não possibilitava conhecer os pontos fortes dos estudantes surdos, sendo que isso também ocorria devido ao fato de avaliação ser vista como um processo a parte, assim como não tinha estabelecido os critérios para realizar a avaliação.

Conforme Sacristán (1998) o significado e o valor da avaliação dependem da sua conveniência e exequibilidade. Sendo assim, ao se realizar uma avaliação tem de se ter um propósito, uma intenção, assim como a sua função, quais passos vou seguir para realiza-la, precisa ter sentido e significado, não pode ser isolada, precisa promover a transformação social.

Mahl e Ribas (2013) realizaram um estudo que visava conhecer e entender como ocorria o processo de avaliação escolar de alunos surdos em uma escola municipal de um município do interior paranaense. Com as estratégias utilizadas o estudo apontou que a maioria dos educadores utilizavam de recursos visuais para melhor atender aos surdos, os professores relataram sobre a importância do posicionamento do educador na sala de aula para melhor visualização dos alunos aliado aos gestos e expressões faciais, assim como a utilização de Libras.

Levando em consideração a função das práticas avaliativas, os tipos mais adequados que servem para nortear o trabalho dos professores, assim como os conceitos relacionados a educação e a singularidades dos sujeitos surdos, os estudos citados apontaram para situações semelhantes entre ambos com relação as estratégias e dificuldades com relação a educação dos surdos e a utilização de práticas avaliativas. As legislações como o Decreto 5626/05 aponta que as avaliações precisam valorizar o aspecto semântico e reconhecer a singularidade linguística dos surdos.

Conforme o Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue –Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI a avaliação em língua de sinais faz parte do cotidiano, onde os instrumentos de avaliação devem ser apresentados em Libras, assim como as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Os instrumentos precisam focar na verificação da apropriação conceitual e do conteúdo estudado não na escrita, sendo apropriado gravar as provas em vídeo. As avaliações podem ser produzidas diretamente em Libras ou traduzidas, sempre utilizando a norma surda para traduzir. No artigo 14 do Decreto 5626/05 inciso VII também pontua que as avaliações podem ser registrados em vídeos ou outros meios eletrônicos e tecnológicos.

Sendo assim, os recursos visuais, como associação do sinal a imagens são de grande utilidade para o entendimento dos surdos com relação ao conteúdo em sala de aula, assim como a produção de textos em Libras que podem ser gravados. Para que os alunos surdos tenham acessibilidade ao conteúdo ministrado pelo educador é importante que se conheça o aluno e suas especificidades, dessa forma será possível a elaboração de um planejamento que possibilite o acesso visual espacial, utilizando imagens, vídeos que tenham a participação do intérprete, além de conhecer a cultura surda, lembrando que a aula precisa ser acessível tanto para o aluno surdo quanto para os ouvintes.

Oliveira, Silva e Gomes (2017) tinham por intuito entender as diferentes formas como o aluno surdo pode ser avaliado no ensino regular, em seu estudo os autores pontuam que

a avaliação dos alunos surdos precisa ter o auxílio do tradutor intérprete, que a avaliação do professor deve ser contínua, renunciando ao modelo tradicional e conservador, assim como é preciso conhecer como os surdos aprendem e a sua diferença linguística, considerando a Libras como sua língua materna.

Os professores que atuam em salas onde estudam alunos surdos precisam conhecer a cultura surda, assim como a língua de sinais, conhecimento esse que facilita a interação entre professor/aluno e auxilia no processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita e nas demais disciplinas curriculares.

Considerações finais

A perspectiva da inclusão tem perpassado por discussões que envolvem conceitos amplos e diversificados, do qual a avaliação e as suas inúmeras práticas estão a ocupar um lugar primordial nesse espaço. Tendo como objetivo conhecer como são realizadas as avaliações da aprendizagem dos alunos surdos que estão matriculados em escolas de ensino regular que tem como princípio a educação bilíngue, assim como conhecer as dificuldades enfrentadas pelos educadores resultou em algumas considerações.

No que diz respeito a avaliação da aprendizagem, os resultados das pesquisas realizadas e aqui pontuadas levaram ao encontro de resultados que demonstram que ainda há uma forte prevalência dos métodos de avaliação tradicionais, como a avaliação somativa. Os estudos de Rodrigues e Gonçalves (2017) e de Silva (2015) apresentam alguns resultados semelhantes, pois destacam a ausência de critérios avaliativos definidos para avaliar. Os estudos também apontam problemas relacionados ao planejamento, assim como a avaliação não tem um papel relevante no momento de planejar.

O estudo de Oliveira, Silva e Gomes (2017) também trazem pontuações que vão de encontro ao estudo de Rodrigues e Gonçalves (2017), pois ambos dão ênfase a importância da haver um trabalho em conjunto, assim como maior interação entre professores regentes e intérpretes.

Mahl e Ribas (2013) e Ramos e Lacerda (2016) trazem colaborações referentes a importância do uso de recursos visuais como um importante recurso para educação e avaliação de estudantes surdos, assim como o reconhecimento da surdez sob o ponto de vista da diferença, a importância do reconhecimento e valorização da Libras como a língua materna dos surdos e a necessidade de modelos de educação bilíngue para facilitar a aprendizagem.

Diante das colocações desses autores em suas pesquisas é preciso destacar a necessidade de mudanças primordiais no que diz respeito a aprendizagem dos alunos com

surdez e do uso de metodologias avaliativas que promovam a aprendizagem de forma significativa assim como a inclusão desses alunos nas redes de ensino regular.

É preciso que se tenha um trabalho colaborativo entre intérpretes, professores regentes, professores de apoio, professores de área e da educação especial, assim como os demais membros da escola, assim como é preciso que sejam criadas políticas Públicas direcionadas a programas de formação continuada e de modelos de educação bilíngue, que leve em consideração as diferenças linguísticas e culturais. Os educadores precisam de apoio tanto para ensinar quanto para desenvolver práticas pedagógicas acessíveis, sejam elas avaliativas ou não.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial. **MEC/SECADI**, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em jul. de 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em jul. de 2020.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em jul. de 2020.

BRASIL. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do **MEC/SECADI**. Brasília, DF MEC/SECADI, 2014. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bsm1bX4bGLsJ:www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/%3Fdown%3D56513+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em jul. de 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

LUCKESI, Cipriano Carlos. A aprendizagem da avaliação. In. LUCKESI, Cipriano Carlos. (Org.) **Avaliação da aprendizagem escolar**. Cortez Editora, 2013. p. 23-29. Edição do Kindle

MAHL, Eliane; RIBAS, Valdemir Aguiar. **Avaliação escolar para alunos Surdos: entendimentos dos Professores sobre este Processo**. VII Congresso Brasileiro de Multidisciplinar de Educação Especial. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-055.pdf>. Acesso em jul. de 2020.

MENDES, Enicéia Gonçalves; D´AFFONSECA, Sabrina Mazo. Avaliação dos estudantes público alvo da educação especial: perspectiva dos professores especializados. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 63 | p. 923-938 | out./dez. 2018, Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33082>. Acesso em jul. de 2020.

OLIVEIRA, Cristiane Viana de; SILVA, Francimar Batista; GOMES, Vera Lucia. A avaliação do aluno surdo no ensino regular. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.7, n.19, p.71-80, jan./abr. 2017/ ISSN 2237-258X. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/6991>. Acesso em jul. de 2020.

RAMOS, Denise Marina; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Análise de avaliações pedagógicas propostas para alunos surdos em contexto educacional inclusivo bilíngue. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, Brasil, e-ISSN: 1982-5587 DOI Prefix: 10.21723/riae 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8161#:~:text=Esse%20estudo%20objetivou%20analisar%20o,l%2C%20com%20o%20intuito%20de.> Acesso em jul. de 2020.

RODRIGUES, Francisca Bonfim de Matos; GONÇALVES, Larissa Pereira. A avaliação do aluno Surdo em classe Inclusiva na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 22, n. 37, jul./dez. 2017, Revista do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFPI | ISSN 1518-0743. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7582/pdf>. Acesso em jul. de 2020.

SACRISTÁN, Gimeno. A avaliação no ensino. In. SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. (Org.) **Compreender e transformar o ensino**/ tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 4. ed. – Artmed, 1998. p. 295-351. Edição do Kindle.

SILVA, Soraya Gonçalves Celestino da. **Avaliação da Língua Portuguesa para o aluno surdo: experiências em escolas públicas municipais de Pernambuco**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba - UFPB para obtenção do título de Mestra em Linguística e Ensino, na Linha de Pesquisa: Estrutura e dinâmica da língua em atividades de aprendizagem. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8494?locale=pt_BR. Acesso em jul. de 2020.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990) Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em jul. de 2020.

VALLE, Jan W; CONNOR, David J. Avaliando o conhecimento e as habilidades dos alunos na sala de aula inclusiva. In. VALLE, Jan W; CONNOR, David J (Org.) **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. Tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues, Editora Penso/AMGH Editora Ltda, 2014. p. 154-175. Edição do Kindle.